

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECONPR
27º PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA

**MST E IDEOLOGIA: A TEORIA E A PRÁTICA NO ASSENTAMENTO CELSO
FURTADO**

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: Passageiro Sombrio

CATEGORIA:

ECONOMIA PARANAENSE (X)

ECONOMIA PURA OU APLICADA ()

RESUMO

A realidade agrária brasileira ainda é complexa. A concentração de terras faz do Brasil um dos líderes nessa questão. Com a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em 1984, a questão das terras ganhou outro sujeito, elaborado teoricamente, com um programa agrário e com bases teóricas fortes. Além da luta pela reforma agrária e pelas terras, o MST se propõe a lutar pelo Socialismo. Visto que o sistema político e produtivo socialista é complexo, o objetivo desta pesquisa se centrou em procurar identificar se os assentados pela reforma agrária, indivíduos centrais das lutas do MST, compartilham da ideologia socialista pregada pelas falas dos dirigentes do MST e pelo programa agrário definido pelo movimento. Para atender a este objetivo foi realizada uma pesquisa de campo onde se aplicou formulários em famílias do Projeto de Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Quedas do Iguaçu no estado do Paraná. Os resultados da pesquisa mostram que a grande maioria dos assentados da amostra não compreende ou mesmo nunca ouviu falar do Socialismo, também não tem amplo conhecimento sobre outras práticas e símbolos ligados ao ideário do MST. Contudo, a grande maioria dos assentados que fizeram parte da amostra tem pouco ou nenhum estudo, isso contribui para as questões teóricas serem menos privilegiadas. Apesar do pouco conhecimento da teoria, grande parte dos assentados mantêm algumas práticas ligadas a essas ideias constituídas a partir de experiências quando em contato direto com lideranças do MST, especialmente no acampamento. Algumas das práticas e da organização do acampamento foram levadas para o assentamento, mas o sentimento de independência que obtiveram junto com a terra impede os assentados de realizarem ações conjuntas, de organizarem cooperativas e trabalhos coletivos. Os assentados afirmam que aprenderam com o MST a importância da agricultura familiar, técnicas de manejo rural e de orgânicos e a organização social e coletiva. Essas afirmações mostram que apesar do conhecimento teórico não ser amplo, as práticas coletivas resultaram em aprendizados que estão sendo utilizados no assentamento.

Palavras-chave: Ideologia. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Reforma agrária.

ABSTRACT

The Brazilian agrarian reality is still complex. The concentration of land makes Brazil one of the leaders in this issue. With the genesis of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) in 1984, the land issue gained another subject, theoretically elaborated, with an agrarian program and strong theoretical bases. In addition to the struggle for land and for land reform, the MST proposes to fight for Socialism. Since the productive and political socialist system is complex, the objective of this research was to identify whether the settlers of the agrarian reform, central individuals of the MST struggles share the socialist ideology preached by the MST leaders and by the defined agrarian program by movement. In order to reach this objective, a field survey was carried out to apply forms to families of the Celso Furtado Settlement Project, located in the city of Quedas do Iguaçu in the state of Paraná. The survey results show that the vast majority of the sampled settlers do not understand or have ever heard of Socialism, nor do they have extensive knowledge about other practices and symbols linked to the MST's ideology. However, the vast majority of the sampled settlers have little or no study, this contributes to the theoretical issues being less privileged. Despite the limited knowledge of the theory, most of the settlers maintain some practices linked to these ideas formed from experiences when in direct contact with MST leaders, especially in the camp. Some of the practices and organization of the encampment were taken to the settlement, but the sense of independence they got along with the land prevented the settlers from carrying out joint actions, organizing cooperatives and collective works. The settlers state that they learned from the MST the importance of family farming, rural and organic management techniques, and social and collective organization. These statements show that although theoretical knowledge is not extensive, collective practices have resulted in learning that is being used in the settlement.

Palavras-chave: Ideology. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Land Reform.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Número de famílias assentadas por ano no Brasil – 1995 a 2014 (em mil) ...	35
GRÁFICO 02: Faixa etária da amostra pesquisada	51
GRÁFICO 03: Famílias que recebem algum tipo de transferência de renda ou assistência governamental	52
GRÁFICO 04: Escolaridade dos indivíduos com idade igual ou superior a 19 anos	53
GRÁFICO 05: Renda bruta mensal por família	53
GRÁFICO 06: Provisão de água para consumo humano	54
GRÁFICO 07: Responsabilidades das mulheres na propriedade	56
GRÁFICO 08: Variedades produzidas na propriedade para consumo	57
GRÁFICO 09: Variedades produzidas na propriedade para venda	57
GRÁFICO 10: Criação de animais para venda e para consumo	58
GRÁFICO 11: Como e onde é vendida a produção de leite, carnes, grãos e outros produtos	59
GRÁFICO 12: Orientação ou assistência técnica nas propriedades	59
GRÁFICO 13: Outras fontes de renda da família	60
GRÁFICO 14: Conhecimento sobre a definição de terras improdutivas	63
GRÁFICO 15: Importância da terra para a família	64
GRÁFICO 16: Práticas do MST consideradas erradas	65
GRÁFICO 17: Participação em infraestruturas coletivas	70
GRÁFICO 18: O que define uma propriedade de agricultura familiar	71
GRÁFICO 19: Melhorias sugeridas para o assentamento	72
GRÁFICO 20: Aprendizado com o MST	73

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Colônias Agrícolas Nacionais criadas a partir do Decreto-Lei nº 3.059/41 ...	25
QUADRO 02: Tipologia dos assentamentos rurais no Brasil em 2010	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Número e área de estabelecimentos agropecuários por estratos para os anos de 1980, 1985, 1995 e 2006	38
---	----

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Município de Quedas do Iguaçu, localizado no estado do Paraná na mesorregião Centro Sul Paranaense	43
MAPA 02: Microrregião geográfica de Guarapuava: número de Projetos de Assentamento (PA) por município	46
MAPA 03: Fazenda Rio das Cobras e Pinhal Ralo – Fazenda Araupel	47
MAPA 04: Assentamento Celso Furtado em abril/2009 – delimitação da área do “corredor”	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
AQ	Assentamento Quilombola
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CITLA	Clevelândia Industrial e Territorial Ltda
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares
COTRARA	Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLONA	Florestas Nacionais
FLOE	Floresta Estadual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAE	Projeto de Assentamento
PAF	Projeto de Assentamento Florestal

PAM	Projeto de Assentamento Municipal
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PC	Projeto de Colonização Oficial
PCA	Projeto de Assentamento Casulo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDA	Projeto de Desenvolvimento do Assentamento
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PEAEX	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PFP	Projeto Fundo de Pasto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRB	Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNAG	União Nacional de Agricultores e Pecuáristas da Nicarágua
VAF	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DO MST	21
3.1 A ORIGEM DO MST	30
3.2 O PROGRAMA AGRÁRIO DO MST E O CENÁRIO RECENTE	36
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	41
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	41
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE ESTUDO	43
4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	51
5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	51
5.2 PERFIL PRODUTIVO, COMERCIALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO	55
5.3 A RELAÇÃO COM O MST E A INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA PRODUTIVA E DE CLASSE	61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos sociais marcam a história desde os primórdios da humanidade e, com a ascensão da propriedade privada, as discrepâncias sociais e de classes passaram a ficar evidentes e se consolidar na sociedade. Gohn (2002) discorre que tais lutas se transfiguram em movimentos sociais por intermédio da organização coletiva.

Marx (2008) faz uma análise das lutas de classes enquanto modificadoras da realidade socioeconômica, especialmente pelo fim da dominação capitalista. Defende ser pela consciência social, a qual é determinada pelo ser social e por meio das relações sociais, que os indivíduos alcançariam o entendimento do antagonismo de classes e se oporiam ao processo de hegemonia capitalista.

Apesar da fala do autor supracitado parecer definir prioritariamente a maneira e quem se encontra em cada classe, Chauí (2013) esclarece que as classes sociais não são dados fixos, são antes disso, um sujeito polissêmico, relativo à sua construção social, cultural e política e que ainda se transforma cotidianamente. Houtart (2006) complementa que, apesar da multiplicidade dos indivíduos envolvidos, eles são ligados pela consciência de classe.

Sob a perspectiva marxista, os homens são produtores de ideias e o fazem pelas relações com o ambiente em que se inserem. Este ambiente é permeado pelas ideias dominantes que acabam por reproduzir as desigualdades que são impostas aos indivíduos sob um ocultamento, como uma maneira de esconder a realidade social em que os homens se encontram. São estas ideias as quais se dá o nome de ideologia (CHAUÍ, 2006).

Renomados autores das mais variadas áreas se propuseram a debater sobre o conceito do termo ideologia. Destarte, a definição adotada na presente pesquisa se faz nas palavras de Althusser (2003) que complementou o prisma marxista dizendo que a ideologia não é singular, não é somente a classe dominante que a possui, mas que todas aquelas que desejam exercer sua hegemonia e se manter no poder fazem uso. Ainda propõe a definição do conceito de *Aparelhos Ideológicos do Estado* que é o meio, o fim e o palco das lutas de classes.

No que concerne às relações recentes das lutas de classes, especialmente no campo agrário brasileiro, como delimitado pela presente pesquisa, a partir da gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e das lutas pela mudança da estrutura agrária hodierna, o que se percebe são décadas de estagnação. A concentração de terras permanece quase que inalterada.

O MST foi criado oficialmente em 1984, seus objetivos se traduziram ao longo dos anos em organizar uma grande massa de pessoas marginalizadas no campo ou na cidade e

construir nelas o desejo da luta pela reforma agrária e pela terra. Além disso, um dos pilares do MST, reproduzido pelo seu programa agrário, é o Socialismo.

Quando se fala em Socialismo, o complexo sistema produtivo e político, as relações e as mudanças que seriam necessárias para que fosse possível implanta-lo, é arriscado imaginar pessoas humildes, muitos com pouco ou nenhum estudo e ainda vivendo em situações de pobreza, que compartilhassem desse mesmo ideal. Sabourin (2008, p.164) é enfático ao falar que os dirigentes do MST “[...] lutam, antes de tudo, por uma revolução socialista no Brasil, objetivo que está longe de ser partilhado pelo conjunto dos agricultores e sem-terra membros do movimento ou simpatizantes”.

Neste contexto, a problemática desta pesquisa é: a partir da ótica do indivíduo assentado pela reforma agrária, como a ideologia do MST, especialmente os propósitos socialistas, está se inserindo na prática da vida social e produtiva do assentamento rural? A pesquisa será realizada no Assentamento Celso Furtado localizado no município de Quedas do Iguaçu/PR com uma amostra de 43 famílias. O objetivo é identificar como as ideias do MST influenciaram ou influenciam a vida dos assentados. É traçado também como escopo deste trabalho um perfil socioeconômico e produtivo do assentamento.

A hipótese é que os assentados não possuem conhecimentos didáticos e teóricos mais aprofundados sobre o Socialismo e outros mecanismos defendidos pelo MST, mas que mantêm práticas, hábitos, técnicas e experiências correlacionadas, visto a grande influência que o movimento teve nas suas vidas.

A proposição desta pesquisa tem relevância por procurar compreender a formação e o ideário de um dos maiores movimentos sociais do mundo, o MST, assim como de identificar o potencial da sua ideologia e sua difusão com a massa da população assentada. A contribuição deste estudo se dá no campo agrário, da concentração de terras, tão discutida no Brasil e com poucos avanços práticos. A distribuição desigual das propriedades e os mecanismos de expulsão de pequenos agricultores do campo continuam praticamente os mesmos de 40 anos atrás, antes ainda da gênese do MST.

O propósito desta pesquisa é procurar conhecer o entendimento dos assentados, aqueles que são os sujeitos de toda a história do MST e da reforma agrária, quanto às propostas do movimento e analisar criticamente os desafios pelos quais passam os assentados diante de tantas contradições do discurso e da prática agrária. Sabourin (2008, p. 172) afirma ainda que “Os assentados são tudo menos uma experiência socialista e revolucionária”. Esta pesquisa ganhou um alicerce com base nessa assertiva do autor que é pragmático em analisar

os indivíduos assentados sob esta ótica. O trabalho realizado ainda se justifica pela ausência de trabalhos com o tema proposto, especialmente para o recorte geográfico de estudo.

O presente trabalho se divide em seis seções, das quais a primeira é esta breve introdução. A segunda traz o referencial teórico com objetivo de conceituar e esclarecer as bases dos conceitos utilizados como a “luta de classes”, “consciência de classe”, “movimento social” e “ideologia”. O terceiro Capítulo busca fazer uma investigação bibliográfica a partir de um resgate histórico da agricultura até os dias atuais. Faz-se também um levantamento sobre a gênese do MST e o seu programa agrário. A quarta seção se ocupa de apresentar a abordagem e os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração desta pesquisa, bem como a caracterização do espaço geográfico de estudo. O Capítulo 5 mostra os resultados da pesquisa e faz uma discussão sobre os mesmos. Por último se apresentam as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde que a história humana pode ser registrada em sociedade, os conflitos sociais são observados são estes, por vias da história, que transformam as estruturas da coletividade e do corpo social de dominação. Como a exemplo, ainda na Grécia antiga e com a decadência dessa civilização a partir das Guerras do Peloponeso, na contradição de uma sociedade díspar composta pela democrática Atenas e pela aristocrática Esparta, ocorriam confrontos originados da insatisfação e displicência espartana que não tolerava sujeitar-se à supremacia ateniense (MAGNOLI, 2006).

Rousseau (2007) volta ainda mais no passado partindo do homem primitivo para definir o processo de origem da desigualdade entre os homens. Para ele os indivíduos nascem no estado natural, bons e livres e primitivamente conviviam partindo do sentimento de existência e sobrevivência. Foi com a formação da propriedade privada que a sociedade civil surgiu e foi a partir dela que o homem passou a explorar o próprio homem. Segundo o autor, a gênese da desigualdade se deu quando

O primeiro que, cercando um terreno, se lembrou de dizer: “*Isto é meu*” encontrou pessoas bastante simples para o acreditar [...]. Quantos crimes, guerras, assassinatos, misérias e horrores não teriam sido poupados ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas [...] tivesse gritado a seus semelhantes: “Não escutem esse impostor! Vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém (ROUSSEAU, 2007, p. 61).

A partir daquele momento, com a formação da ainda primitiva propriedade privada, as discrepâncias passaram a progredir juntamente com a história e foram ficando mais complexas à medida que se elaborava, desenvolvia e aprofundava o conhecimento inteligível (ROUSSEAU, 2007). Rememorando capítulos da história como as conquistas bárbaras, as cruzadas acontecidas na Idade Média, as Guerras Napoleônicas, os conflitos da unificação alemã, Primeira e Segunda Guerras Mundiais, o embate árabe-israelense e outros episódios (MAGNOLI, 2006), compreende-se que as guerras por hegemonia econômica, política e religiosa são tão antigas quanto própria história da sociedade.

Lenin (2001, p. 24) escreve que “a história nos revela uma luta entre povos e sociedades, assim como no seu próprio seio, e que, além disso, ela nos mostra uma sucessão de períodos de revolução e reação [...]”. É nesse aparente caos que o marxismo¹ vem conduzir o descobrimento da teoria da luta de classes. Para Marx e Engels (2008, p. 45) é na história,

¹“O marxismo é o sistema das ideias e da doutrina de Marx” (LENIN, 2001, p. 15). “O materialismo é a filosofia do marxismo” (LENIN, 2001, p. 66).

pelo menos na história escrita, que se observam os conflitos sociais e de classes e precede-se que “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes”. Lenin (2001) complementa dizendo que para Marx toda luta de classes é indissociavelmente uma luta política.

O que transforma tais lutas em movimentos sociais é a organização coletiva. É característica do movimento social a sua formação e estruturação em sociedades que se encontram em processo de mudança (GOHN, 2002). Conforme colocam Frank e Fuentes (1989), os movimentos sociais enquanto organização, apesar de serem variáveis e mutáveis, compartilham o sentimento motivacional de “moralidade” e “(in)justiça” e as mobilizações coletivas se posicionam contra as privações socioeconômicas.

Gohn (2002) realiza um estudo sobre as teorias dos movimentos sociais partindo da Escola de Chicago que entende os movimentos sociais como reações psicológicas advindas dos choques coletivos pela carência socioeconômica. Esses conflitos deveriam ser direcionados pelas instituições e pela educação, inserindo assim a importância dos líderes para que a experiência social fosse trabalhada enquanto movimento social. Coloca ainda a contribuição de Herbert Blumer (1900-1987) no entendimento dos mecanismos que desenvolvem e organizam os movimentos sociais. “Ele identifica cinco mecanismos neste processo, a saber: a agitação, o desenvolvimento de um *esprit de corps*², de uma moral, a formação de uma ideologia e, finalmente, o desenvolvimento de operações táticas” (GOHN, 2002, p. 33).

Os movimentos sociais têm importância desde antes de ganharem um significado formal, são mais que uma simples revolta e mais que um grupo com os mesmos interesses (GOHN, 2002). A discussão em torno da definição do termo “movimentos sociais” se coloca no entremeio das definições políticas, sociais, econômicas e filosóficas que vem trazer conceitos de diferentes posições intelectuais da sociedade. Gohn (2002, p. 247) propõe que “movimento social refere-se à ação dos homens da história” e complementa relevando a ação pelo envolvimento com um fazer e um pensar, tratando-se, portanto de uma *práxis*³.

Marx (2008) se posiciona dizendo que é a luta de classes que viria a transformar as condições socioeconômicas e marcar uma quebra da dominação e o fim do capitalismo. Pode-se naturalizar a importância que Marx coloca na luta da classe, subjugada como proletária, na

²Do francês: espírito de lealdade e solidariedade entre membros de um grupo. Entusiasmo e devoção à uma causa grupal.

³Segundo Chauí (2006, p. 20) do grego “[...] *práxis* significa um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los”.

transformação social. Era, para ele, inerente ao processo capitalista, e na sua própria antítese, que se chegasse, justamente pela revolução da classe explorada, ao Socialismo.

Souza (2013) concorda em dizer que é no conceito de classe social que se compreende de maneira completa a forma como cada sociedade singularmente funciona. É concernente à proposta de Marx ao afirmar que “A gênese e a reprodução das classes é a chave para o esclarecimento do mistério da dominação social em todas as suas dimensões” (SOUZA, 2013, p. 53).

É através da consciênciasocial que, segundo Marx (2008), surgiria a época da revolução, aquela que transformaria a economia e toda a superestrutura⁴ e isso só poderia ser feito com o amadurecimento da consciência social dos indivíduos que aconteceria através das suas relações sociais. Isso é afirmado quando Marx (2008, p. 47) coloca que “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Para Marx (2008) é necessário ainda diferenciar os formatos ideológicos sob os quais o indivíduo adquire consciência do conflito, é preciso entender as contradições das forças produtivas e as relações sociais, afinal, não se acaba com uma sociedade sem que se desenvolva de antemão novas formas sociais de relação de produção.

Chaui (2013, p. 98) coloca que as classes sociais não podem ser traduzidas em dados fixos, elas não são definidas de maneira simples ou apenas pelas determinações econômicas, são “[...] um *sujeito* social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes”.

Houtart (2006) complementa o pensamento de Marx introduzindo um *novo sujeito histórico* que representaria o grupo social submetido, construído de maneira plural e popular, instituído pela multiplicidade dos indivíduos e pela democracia que é a meta e também o processo de construção. Nota-se que a ação do sujeito histórico, constituído de diferentes indivíduos, não atua apenas pela lógica. Houtart (2006, p.426) explica que produzir o novo sujeito histórico requer elaborar uma consciência coletiva concebida a partir de “[...] uma análise apropriada da realidade e uma ética”. Tal análise é produzida criticamente e a partir de instrumental metodológico que acabará por criar um novo saber, um saber coletivo. Quanto à ética, não se diz somente a um conjunto de regras abstratas, mas é uma composição

⁴ Marx (1979) empenhado em entender os alicerces do capitalismo concebe a sociedade dividida em duas partes: a infraestrutura e a superestrutura. A infraestrutura diz respeito às relações das forças de produção (relações empregador-empregado e divisão do trabalho) pelo meio da qual as pessoas reproduzem sua sobrevivência. A relação produzida nessa infraestrutura determina novas ideias que por sua vez afetam e definem a superestrutura. A superestrutura aparece como produto das artimanhas do grupo dominante. É parte desta, a cultura, as instituições, o poder político, os rituais e mesmo o Estado.

sistemática do conjunto dos indivíduos sociais no que diz respeito à dignidade e ao bem comum (HOUTART, 2006).

Sob a perspectiva marxista, nas palavras de Chauí (2006), os homens são produtores de ideias pelas quais buscam explicar e assimilar a sua vida singular, social e suas relações com o ambiente. Todavia, Chauí (2006, p. 21) procura assinalar que “Essas ideias [...] tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia”.

A ideologia se coloca como algo fundamental nas teorias, entretanto, não há uma consonância para o termo. A palavra foi cunhada com significado ainda em 1801, com a publicação da obra *Eléments D'Idéologie*⁵ do filósofo francês Antoine Louis Claude Destutt de Tracy (1754-1836), que definiu ideologia como a “ciência das ideias”. Foi empiricamente que Destutt de Tracy observou o comportamento do indivíduo e a interação com o meio em que se inseria. Usando métodos científicos, teorias das ciências naturais e o homem como organismo vivo, ele procurou compreender a origem e a maneira pela qual as ideias se formavam (CHAUI, 2006).

Após a publicação de Destutt de Tracy, vários foram os significados empregados com o termo ideologia. Foi muito usual no nascimento da sociologia, sendo utilizado pelo francês Auguste Comte⁶ que retorna ao significado de ideologia proposto por Destutt de Tracy, colocando a ciência das ideias como fenômenos da relação entre corpo e ambiente e “esses fenômenos não são simplesmente individuais, mas também e, sobretudo sociais, pois resultam, com efeito, de uma evolução coletiva e contínua, cujos elementos todos e todas as fases estão essencialmente conectados” (COMTE, 2000, p. 26).

Também francês, o sociólogo Émile Durkheim utiliza o termo de maneira diferenciada. Na visão de Durkheim o objeto de estudo da sociologia é unicamente os “*atos sociais*” e a ideologia individual é irrisória visto que os fatos sociais são exógenos, ou seja, estão fora das mentes de cada indivíduo social. Para ele, a ideologia é negativa por partir de um senso comum, sem cientificidade (COSTA, 1997). Atestando o pensamento durkheimiano, Chauí (2006) descreve o cientista, tal qual deveria ele ser, na visão de

⁵Do Francês “Elementos de Ideologia”, obra composta por 4 volumes publicados entre 1801 e 1815.

⁶O sociólogo francês Isidore Auguste Marie Xavier Comte (1798-1857) é considerado o criador da doutrina positivista e um dos fundadores da Sociologia. Segundo Chauí (2006) o positivismo baseia-se na concepção da prática como aplicação de ideias o que leva a uma harmonia entre teoria e ação. Desta maneira quando as ações não correspondem às ideias estas são tidas como desordem o que é de grande perigo para a sociedade. O lema do positivismo é: “Ordem e Progresso” e Chauí (2006, p. 28) coloca que para o seu precursor “Só há “progresso” [...] onde houver “ordem”, e só há “ordem” onde a prática estiver subordinada à teoria, isto é, ao conhecimento científico da realidade”.

Durkheim, como desprovido de subjetividade. Para analisar a realidade, o sociólogo necessitava encarar a realidade como se não fizesse parte dela, era fundamental a neutralidade deste. Assim sendo, seria ideologia tudo aquilo que a sociedade produzisse de conhecimento e não respeitasse tais princípios.

Marx também se dedicou ao estudo da ideologia, principalmente em sua obra, em que conta com a colaboração de Friedrich Engels, “A Ideologia Alemã” (originalmente em alemão: *Die Deutsche Ideologie*), onde discute e critica a teoria hegeliana⁷ por não alcançar uma realidade concreta ficando apenas no plano das ideias.

O filósofo inicia seu estudo sobre a ideologia colocando que os homens se diferenciam dos animais a partir do momento em que “[...] começam a produzir seus meios de vida [...]. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem indiretamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 1979, p. 27). Isso significa dizer que o que cada indivíduo coincide com a sua produção, “[...] tanto com o *que* produzem, como com o modo *como* produzem” (MARX; ENGELS, 1979, p. 28). Sobre essa produção, Marx e Engels (1979) colocam que ela é essencial para determinar o modo de vida social sob a pressuposição do que os filósofos chamam de *Verkehr*, termo alemão que se aproxima do que conhecemos por intercâmbio, dos homens uns com os outros.

Indivíduos estando em determinadas relações de produção estabelecem entre si determinadas relações sociais e políticas e a produção de ideias, da consciência social está “[...] diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 1979, p. 36). Os homens são produtos de suas experiências, a consciência é produto empírico e por isso “[...] parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida” (MARX; ENGELS, 1979, p. 37). Para Marx e Engels (1979) é somente a partir da *práxis* material que se podem explicar as formações ideológicas.

Chauí (2006, p 65-66) respalda o pensamento marxista, colocando que a ideologia é

o sistema ordenado de ideias [...] e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais [...]. Ou seja: as ideias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material.

⁷ Segundo Lenin (2001, p. 16) Marx coloca que para Hegel “[...] o movimento do pensamento que ela personifica, sob o nome de ideia, é o demiurgo (o criador) da realidade [...]”. Essa consideração idealista de Hegel era o que Marx refutava categoricamente (LENIN, 2001).

Marx introduz este pensamento falando da alienação e do fetichismo da mercadoria onde o trabalho por fim é aquele em que o produtor não se reconhece no produto de seu próprio trabalho, é a separação entre produto e do produtor (CHAUI, 2006).

Para Chauí (2006) a ideologia é tida como um processo objetivo e subjetivo inconsciente, produzido pelas condições de existência dos indivíduos. A alienação do trabalho é o que torna possível a sustentação da ideologia,

em termos do materialismo histórico e dialético, é impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados (CHAUI, 2006, p. 85-86).

O pensamento marxista é claro em falar que a ideologia é única e é através dela que a classe dominante exerce o poder de dominação e a reprodução dessa dominação.

Em meio a tal discussão traz-se à luz o filósofo Louis Althusser (1918 – 1990) que enraizado na filosofia marxista trouxe contribuições importantes à esta. Althusser (2003) inicia seu estudo discutindo a reprodução dos meios de produção, já incansavelmente elaborado por Marx e deixa claro que é o bastante mencionar “a existência da reprodução das condições materiais da produção” (ALTHUSSER, 2003, p. 55).

Sua contribuição para este estudo se dá por meio da definição do conceito “*Aparelhos Ideológicos do Estado*” onde compara com o conceito desenvolvido por Karl Marx como “*Aparelho (repressivo) do Estado*” (ALTHUSSER, 2003). Em resumo à teoria marxista do Estado, Althusser (2003) descreve que os marxistas clássicos certificavam que o Estado era o aparelho de repressão, diferenciava-se o poder do Estado do aparelho do Estado, o objetivo pelo qual havia a luta de classes dizia respeito ao poder de Estado e ainda, o proletariado deveria apoderar-se do “poder do Estado para destruir o aparelho burguês existente [...]” (ALTHUSSER, 2003, p. 66).

Althusser (2003) enfatiza que não se faça confusão ente o aparelho repressivo e aparelho ideológico do Estado. O primeiro engloba “o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc, [...]” (ALTHUSSER, 2003, p. 67) sendo esses os elementos que constituem o aparelho repressivo. Repressivo neste caso preconiza o uso da violência em seu funcionamento. Já o segundo denota “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 2003, p. 68).

O autor cita instituições que seriam estas partes do Aparelho Ideológico do Estado (AIE), tais como, AIE religiosos, AIE escolar, AIE familiar, AIE político, dentre outros.

Demonstra-se por consequência que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam transversalmente pela ideologia. Além do mais, quando se fala em AIE não se caracteriza somente no contexto público, mas também na esfera privada como a familiar e a escolar (ALTHUSSER, 2003).

Levando em consideração também que não há como uma classe manter o poder do Estado sem que exerça sua hegemonia⁸ paralelamente e sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, permite-se compreender que não são somente o objeto e o meio, mas também o palco das lutas de classes (ALTHUSSER, 2003).

Quanto às formações ideológicas, Althusser (2003) compreende, sobretudo, que não há uma única forma, acrescentando à teoria marxista o fato de que a ideologia não é singular. O que o autor propõe em sua teoria não comporta a presença de uma ideologia única e que seja a dominante, como nos remete a proposta marxista, fala-se de uma ideologia como processo e que constantemente é restabelecido dentro dos aparelhos ideológicos e também fora deles.

Althusser (2003) inicia seu estudo deixando claro que a teoria da ideologia formada por Marx em sua obra *A Ideologia Alemã* não é marxista. Ela é vista como sonho, posição imaginária, ilusão e estando, desta maneira, a realidade fora dela, ela não tem história. Althusser (2003, p. 83) certifica que este é um “contexto nitidamente positivista” e, portanto, visto de uma maneira negativa, conforme descrevia Durkheim. Althusser (2003, p. 84) procura sustentar o fato de que “as ideologias têm uma história sua” e que essa história é concretizada pela luta de classes. Conserva igualmente o sentido de que a ideologia *em geral* não tem história, mas agora de uma maneira perfeitamente positiva.

Esta maneira positiva, sugerida por Althusser (2003, p. 84) é a consideração de que “a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento [...] e se apresentam na mesma forma imutável em toda história [...]”. Em seu estudo se dedica a explorar a ideologia *em geral* sob a tese de que esta tem uma existência material⁹ (ALTHUSSER, 2003).

Althusser (2003) traz uma reflexão importante no que diz respeito ao Estado e seus aparelhos, pilar de sua discussão ideológica, no sentido de que eles só existem pela luta de classes, enquanto aparelho de luta, opressão e reprodução da classe dominante. Coloca ainda

⁸Pronko e Fontes (2012, p. 391) sintetizaram o conceito de hegemonia desenvolvido por Antonio Gramsci colocando que para ele a definição tem duas direções conjuntas “[...] para explicar as formas específicas da produção e organização do convencimento em sociedades capitalistas e para pensar as condições das lutas de classes subalternas.”. Segundo os autores o termo era originalmente militar e a teoria marxista acabou dando um teor mais político como conceito para a forma de produção e reprodução da dominação por meio das lutas sociais.

⁹Existência material aqui é tida como a relação imaginária com as condições de existência social do indivíduo e das relações de produção e de classe (ALTHUSSER, 2003).

que a “[...] classe dominante não se torna dominante por graça divina, ou pela simples tomada de poder do Estado. É pelo estabelecimento dos AIE, aonde esta ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante” (ALTHUSSER, 2003, p. 106).

Althusser (2003, p. 107) pontua o processo de gênese da ideologia em sua teoria colocando que

se é verdade que os AIE representam a *forma* pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente medir-se e confrontar-se, as ideologias não “nascem” dos AIE mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc.

Althusser (2003) procura esclarecer que na luta das classes sociais se originam as ideologias e esta, por sua vez, se forma pelas experiências sociais, pelos contatos multímodos, pelas condições em que cada indivíduo se encontra inserido na sociedade e no modelo produtivo. A ideologia se torna ainda mais incorporada quando é geral, como processo de organização estrutural e funcional.

O que fica explícito é a complementariedade dos pensadores. Apesar de não estarem em consenso em todos os pontos, não se negafatos importantes como a contradição no *modo de produção*¹⁰, visto que antagoniza as classes dos que produzem e dos que possuem os meios de produção. A luta de classes nada mais é do que o processo de conquista de espaço na sociedade, tanto quanto a reformulação do modo de produção.

A luta constante é muito bem delineada pela história, é nela que as classes se formam e a luta de classes passa a ser um fator tão importante. A luta de classes por sua vez passa a ser um movimento, movimento este denominado de social visto que é na pluralidade que ele acontece, é uma ação coletiva, é um pensamento construído socialmente, pelas experiências e pelas relações. Essa ação coletiva, esse movimento social, tende a transformar-se em revolução na luta das classes pela hegemonia feita no palco do que Althusser chama de Aparelhos Ideológicos do Estado.

É nos AIE's que os conflitos de classes acontecem, tendo em vista única e exclusivamente poder tornar hegemônica a sua ideologia e transformá-la em obrigação de modo de produção para todas as classes. A ideologia é conexão que une pessoas plurais em vista de um objetivo em comum. Isto só é possível a partir do momento em que se cria uma consciência de classe, um motivador comum, uma ideologia que transpasse os objetivos individuais e venha para conduzir metamorfose social.

¹⁰Baseada no que fala Karl Marx sobre o modo de produção, Chauí (2006, p. 143) o descreve como “[...] a determinação de forças produtivas pelas relações de produção e pela capacidade do processo produtivo de repor como um momento interno necessário, aquilo que, de início, lhe era externo”.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DO MST

Passaram-se aproximadamente 10.000 anos de uma época definida como a introdução da agricultura na humanidade, partindo da fixação dos povos nômades e caracterizada pelo prelúdio da cultivo dos solos e plantas e da exploração dos ecossistemas para a sobrevivência. A introdução da agricultura foi de tamanha transformação para a sociedade que proporcionou a multiplicação da espécie, tanto quanto o desenvolvimento de técnicas e consequente aumento de produtividade. Deu origem, simultaneamente, ao nascimento de categorias sociais que já não produziam sua própria alimentação (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Destarte, o homem não nasceu agricultor, ele o aprendeu. Desenvolveu técnicas e instrumentos para o cultivo de plantas e para a domesticação de animais. Sem nenhum tipo de saber congênito, o homem pode adaptar-se livremente aos ecossistemas e conforme suas necessidades, das maneiras mais diferentes em cada ambiente. A agricultura, assim como a evolução humana, é, portanto, produto histórico (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Passados centenas de anos, juntamente com a evolução humana e da agricultura, avançaram as relações de produção, ficando cada vez mais complexas. Nos últimos séculos, a terra, principal meio de produção, foi ficando escassa. Silva (2001) argumenta que o processo de capitalização da produção, principalmente com os avanços da Revolução Industrial, trouxe novos papéis para a agricultura. Inicialmente as necessidades que a agricultura precisava atender era a de produzir alimentos suficientes para uma população industrial que crescia a taxas exponenciais e ainda garantir seu aumento de produtividade, já que se via obrigada a liberar mão de obra para as indústrias.

Esse modelo produtivo agrário e industrial foi exportado e adaptado para o mundo todo no período do colonialismo, quando cada nação respondeu de sua maneira as necessidades agrárias, a questão da distribuição de terras e da disponibilidade de recursos. Fernandes (2013, p. 119) define a questão agrária como "o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores [...]”, e ainda coloca as diferenciações que cada período histórico dá a essa questão. As características da questão agrária relacionam-se com o desenvolvimento do capitalismo e suas fases.

No Brasil a questão agrária esteve em foco desde a chegada dos portugueses. A questão agrária, enquanto objeto de estudo, se expressa de uma matriz de áreas que procuram identifica-la e defini-la. É uma realidade permeada pela extensão política, que procura

compreender os problemas trazidos pela concentração de terra e como isso afetaria o poder político. Já na sociologia, essa questão vem tratar das relações sociais e suas formas enquanto organização da produção agrícola. Na área geográfica, a questão agrária diz respeito a apropriação humana de um bem de suma importância na natureza, o solo. No campo histórico, a questão agrária vem ajudar a responder questões de lutas políticas e entre classes e como a história vem sendo delineada por esses meios (STEDILE, 2011).

Antes de 1500, a formação demográfica brasileira era de povos reunidos em tribos, clãs, famílias ou agrupamentos culturais e de parentesco. Tinham abundância em alimentos provenientes da natureza e viviam da caça e pesca para sobrevivência, eram caçadores-coletores. A agricultura e a domesticação de plantas eram restritas a poucas espécies como a mandioca, o amendoim, o abacaxi e o tabaco. Estima-se que na chegada dos europeus colonizadores havia aproximadamente 300 tribos e um total de 5 milhões de pessoas vivendo em terras brasileiras (PROUS, 2007).

Através da repressão, cooptação dos povos e exploração dos recursos, agora transformados em mercadorias e levados à Europa para a troca mercantil, por pelo menos 350 anos após a chegada dos portugueses, o formato de produção agrário transformou-se. Exploração do ouro, prata, ferro e minérios logo se esvaíram e a organização colonial passou a utilizar a terra supostamente desocupada para a produção agrícola, principalmente de produtos dos quais havia carência na Europa. Observada a fertilidade das terras, logo se iniciaram os plantios da cana-de-açúcar, algodão, produção de carne bovina, café e outros. Foi de tamanho, o modelo denominado agroexportador, que se estimou, já no século XX, que na época, 80% de tudo o que era produzido destinava-se a exportação (STEDILE, 2011).

Enquanto modelo agrário, o período entre 1500 e 1850 baseou-se basicamente no que ficou conhecido pelo termo inglês *plantation*. O *plantationé* descrito por Welch *et al.* (2009) como um sistema de produção agrícola monocultor de grande extensão, baseado principalmente no sistema escravista e na cultura para exportação. Foi implantado no início da colonização, assim como o planejamento agrícola português para a colônia de torná-la exportadora de culturas tropicais. Era dada concessão de uso das terras em grandes faixas de extensão e era permitida a herança destas, as sesmarias. Legalmente as terras ainda não eram propriedade privada, desta maneira, ainda não poderiam tornar-se mercadoria.

Em 1850 foi promulgada pela Coroa Portuguesa a Lei de Terras que dotava a terra, pela primeira vez no Brasil, como privada. Já em seu artigo 1º, a Lei de Terras dispunha da proibição da aquisição de terras que não fossem por meio de compra. Já o Artigo 14º autorizava o governo a vender terras, denominadas de devolutas, quando lhe conviesse e da

maneira como quisesse dividi-la. O artigo seguinte prescrevia a preferência que possuidores de terras que já a utilizassem para criação tinham na aquisição de terras contínuas às suas (BRASIL, 1850).

A referida Lei, segundo Welch *et al.* (2009), aparece em um momento de necessidade de organização jurídica, mas essa normatização proporcionou a precificação de um bem natural, a terra. E não foi sem propósito que ela se estabeleceu, a Coroa se encontrava pressionada pelo governo inglês pelo fim da escravidão e o valor dado a terra estabeleceu o acesso somente àqueles que já possuíam bens. Desse modo a Lei de Terras condicionou os futuros escravos libertos a marginalização e a obrigação em se tornarem assalariados nos grandes latifúndios que aos poucos se consolidavam. Era preciso garantir a mão de obra, igualmente barata e de fácil acesso.

Pomar (2009) coloca como atores principais desse período os latifundiários, descendentes de donatários e sesmeiros que constituíram ao longo do século XX uma transformação da classe de senhores de escravos em capitalistas com mão de obra assalariada. Foram eles que delimitaram e caracterizaram os períodos posteriores.

Na prática, o modelo *plantation*, tanto quanto a escravidão, só tiveram fim formalmente em 1888 com a Lei Áurea. Era profunda a crise do modelo agroexportador, agora sem o trabalho escravo e mais ainda com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que estancou o comércio América-Europa. Para o problema do trabalho nas fazendas a resolução foi uma intensa propaganda de imigração, especialmente italiana, espanhola e alemã, de camponeses já marginalizados pelo avanço industrial na Europa. Para esse período, entre 1875-1914 o principal formato de produção dos imigrantes foi o colonato¹¹ (STEDILE, 2011).

A terra, enquanto bem de produção, passou a ter importância fundamental. O que antes era um bem natural, agora se torna um bem mercantil. Em relação à distribuição de terras no processo de formação econômica do Brasil, Silva (2001) analisa a sua relevância:

É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente *não* reprodutível – ou pelo menos, mais complicado de ser multiplicado – que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. Desde que a terra seja apropriadamente privada, o seu dono pode arrogar-se o direito de não utilizá-la produtivamente, isto é, deixa-la abandonada, e de impedir que outro a utilize. Por isso é que a estrutura agrária – ou seja, a forma como a terra está distribuída – torna-se assim o “pano de fundo” sobre o qual se desenrola o processo produtivo na agricultura (SILVA, 2001, p. 24).

¹¹Segundo Pomar (2009, p. 65) o colonato era “uma mistura de agregação e assalariamento“. O escravismo foi sistematicamente substituído pelos trabalhadores agregados, por trabalhadores avulsos, colonos ou rendeiros.

Com relação ao “pano de fundo” da agricultura, Stedile (2012) coloca que estudar a questão agrária diz respeito a analisar, conforme o período histórico a organização da produção agrícola, a *propriedade, posse e uso* da terra e os problemas criados pela antagonização dos que não possuíam bens para adquirir uma terra cada vez mais insuficiente e dos que se apoderaram de mais terras do que pudessem utilizá-las.

As discrepâncias fundiárias tornaram-se crises protelando-se até 1929 e culminando com a quebra da bolsa de valores de Nova York, conhecida como Grande Depressão ou Crise de 1929. Foi justamente em meio às sucessivas crises do sistema monocultor agroexportador que germinou o nascimento de revoltas do *campesinato*, denominado assim, segundo Costa e Carvalho (2012), por ser um conjunto de famílias camponesas de determinada região que tendo acesso a terra, possuiriam condições de reproduzir seus modos de produção e satisfazer suas necessidades imediatas.

O camponês, no sentido do campesinato, é introduzido diante da necessidade de autonomia produtiva, a qual lhe é negada enquanto não tem acesso ao fator produtivo terra. Na formação social brasileira o campesinato tem por função, não somente, construir uma identidade de afirmação de independência do capital, mas também de fazer uma agricultura diferente daquela pregada pelo agronegócio capitalista. O campesinato tem uma proposta de projeto para construção do sujeito social coletivo que se orienta para ultrapassar as relações de dominação (COSTA; CARVALHO, 2012).

O período entre 1888 (Lei Áurea) e 1964 (golpe militar) é muito bem descrito por Morissawa (2001) que o divide em três fases. A primeira fase se situa entre 1888 e 1930 com as lutas messiânicas¹², como foi o caso de Canudos na Bahia (1893-1897) liderados por Antônio Conselheiro e do Contestado entre o Paraná e Santa Catarina (1912-1916) liderados pelo Monge José Maria. A segunda fase entre os anos de 1930 e 1953 foi pontuada pelas ações voluntárias e localizadas. A terceira fase (1954-1964) é marcada pelas lutas organizadas que começam a ganhar dimensão nacional.

Sobre os embates da primeira fase (1888-1930) um dos exemplos mais conhecidos é do Arraial de Canudos que foi construído por trabalhadores rurais e ex-escravos que peregrinavam pelo sertão nordestino, foi organizado em formato de cooperação e de agricultura familiar e contou com 10 mil habitantes em apenas cinco anos. Entre 1896 e 1897 as tropas militares da República massacraram o arraial acusando-os de defender a volta da monarquia (MORISSAWA, 2001).

¹² Chamadas assim pelo fato do líder do movimento ser visto como um intermediário de fé e de ligação entre ele e seus seguidores, como uma ligação de comunicação do povo com Deus (MORISSAWA, 2001).

Pomar (2009) complementa propondo que a Revolta de Canudos deixou uma lição importante para os latifundiários da época, a de que era necessário tratar os agregados menos como escravos e mais como cidadãos libertos.

A Guerra do Contestado teve início com a concessão de uma enorme faixa de terra, entre o Paraná e Santa Catarina, para a empresa norte-americana *Brazil Railway Company* para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul. A terra foi explorada e seus recursos comercializados e as pessoas que ali viviam foram expulsas. A revolta dos habitantes e trabalhadores da região contou com aproximadamente 20 mil pessoas e foram derrotados, em 1916, pelas tropas militares da República (MORISSAWA, 2001).

A segunda fase, período entre 1930 e 1953, foi caracterizada pelas lutas radicais localizadas e espontâneas. O ano de 1930 marcava a ruptura da política do café-com-leite para a entrada de Getúlio Vargas que viria a governar o país até 1945. Nesta fase Morissawa (2001) caracteriza algumas lutas camponesas, tendo em vista a política varguista de substituição das importações e sem muita solicitude com a questão agrária.

O programa de substituição das importações iniciado no Brasil forçou passos mais largos em direção à industrialização. Vargas propôs tirar o centro produtivo que há décadas se concentrava no setor cafeeiro-exportador e passar a produzir bens intermediários, assim como consolidar a indústria pesada, como a siderurgia e a petroquímica (SILVA, 2013).

A iniciativa de Vargas na questão agrária se deu pelo povoamento dos vazios demográficos brasileiros. Pessoa (2009) descreve o processo realizado por Getúlio Vargas como tendo forte publicidade do que chamou de Marcha para Oeste. Criou pelo Decreto-Lei nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, as Colônias Agrícolas Nacionais e por outros decretos subsequentes a localização geográfico-espacial de cada colônia. Foram oito no total, conforme o Quadro 01.

Quadro 01 – Colônias Agrícolas Nacionais criadas a partir do Decreto-Lei nº 3.059/41.

Decreto nº	Data	Denominação
6882	19/02/1941	Colônia Agrícola Nacional de Goiás - GO
8506	30/12/1941	Colônia Agrícola Nacional do Amazonas - AM
8671	30/01/1942	Colônia Agrícola Nacional de Monte Alegre - PA
10325	27/08/1942	Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda - MA
12417	12/05/1943	Colônia Agrícola Nacional de General Osório - PR
5941	28/10/1943	Colônia Agrícola Nacional de Dourados - MS
16780	10/10/1944	Colônia Agrícola Nacional de Oeiras - PI
25547	21/09/1948	Colônia Agrícola Nacional de Jaíba - MG

Fonte: Senado Federal, 2016.

As colônias desenvolvidas por Vargas davam prioridade de ocupação para cidadãos com conhecimentos agrícolas, o lote que recebiam não era taxado, apenas se exigia que o cidadão de posse do lote o cultivasse. O colono ainda receberia sementes e material agrário, além da implantação de escolas, auxílio de técnicos agrícolas e auxílio à saúde. Eram obrigados, em contrapartida, a resguardar 25% da área em matas e conservar as estradas (PESSOA, 2009).

Além disso, Vargas não mostrou preocupação com as questões agrárias brasileiras e problemas que já se consolidavam. A grande maioria dos cidadãos que ocuparam as Colônias Agrícolas Nacionais eram imigrantes que já haviam se estabelecido no Brasil. Isso transformou as revoltas em lutas mais localizadas, inclusive nas colônias onde os grileiros buscavam a expulsão dos colonos de suas terras. Houve lutas de posseiros contra grileiros e jagunços na Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Maranhão e São Paulo (MORISSAWA, 2001).

No sudoeste do Paraná, onde se instalou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), houve um processo singular na luta pelas terras, do qual não se tem registro de ter acontecido em outra das sete colônias. O desenrolar da história se deu entre 1944 e 1957 tendo como pano de fundo um leque de jogos políticos e econômicos, como ponto de partida a luta entre poderosos latifundiários e colonos posseiros e como desfecho a *Revolta dos Colonos* ou *Revolta dos Posseiros* (BATTISTI, 2006).

Depois de instalada em 1944, a CANGO passou a receber um grande e constante fluxo de migrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. José Rupp¹³ se aliou a Mário Fontana¹⁴, amigo do então governador do Paraná Lupion¹⁵, e criaram a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) que adquiriu uma área de 475.200 ha que incluía o território destinado à CANGO. Com algumas artimanhas políticas o governador paranaense conseguiu legitimar (mesmo que ilegalmente) as terras para a CITLA que logo começou a pressionar e expulsar os colonos que viviam na região (BATTISTI, 2006).

Lupion saiu do governo em 1951 e voltou em 1956 com fortes pressões para que os colonos assinassem confissões, contratos ou promissórias de dívidas da terra. O período foi

¹³José Rupp era de Santa Catarina, fornecia materiais para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul construída pela empresa norte americana *Brazil Railway Company* (BATTISTI, 2006).

¹⁴Fontana queria instalar a maior fábrica de celulose da América Latina onde hoje é o município de Verê – PR aproveitando-se da exploração dos pinheiros da região sudoeste (BATTISTI, 2006).

¹⁵Moysés Wille Lupion de Tróia foi governador do estado do Paraná em dois períodos, entre 1947 e 1951 e entre 1956 e 1961.

violento e “sem lei”¹⁶, as lutas se travavam entre os contratados jagunços, matadores profissionais, sempre bem armados e tendo a disposição todo tipo de material de que precisassem e os posseiros, tendo experiência somente na agricultura. Inúmeros são os relatos de violência, mortes, espancamentos e degradação contra os posseiros, suas famílias e suas propriedades (PEGORARO, 2008).

Sem apoio do governo estadual e com o governo federal tão distante, os colonos da região foram organizados por algumas faces políticas membros do PTB, comerciantes da região e imprensa local e no dia 10 de outubro de 1957 acontecia a Revolta dos Posseiros. Na data os colonos se apoderaram das principais cidades do Sudoeste e destituíram políticos e autoridades ligadas as negociatas das terras, além de rasgarem e queimarem promissórias e contratos que haviam sido obrigados a assinar (PRIORI, 2012).

Battisti (2006) descreve a revolta e sua vitória como obra pura dos posseiros, obra da consciência social e das necessidades, livre de ideologias maiores, mas organizados em massa para defender o seu local de sobrevivência, trabalho, produção e reprodução da vida e das relações sociais.

Acontecida já na passagem dessa fase para o próximo período, a Revolta dos Posseiros é exemplo do que Morissawa (2001) chama de lutas localizadas e espontâneas.

A partir do ano de 1946 as características que predominariam até o golpe militar de 1964 eram ligadas às ideias da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) no Brasil. A concepção cepalina deliberava sobre os avanços do desenvolvimento econômico que seria alcançado através da industrialização, desta maneira as políticas econômicas do período passaram a discriminar a atividade agropecuária (BACHA, 2012).

Diante de tantos cidadãos lutando praticamente sozinhos, em combates restritos, começaram a ganhar força no país entre 1954 a 1964, as lutas organizadas, com caráter ideológico e de alcance nacional, esta foi a terceira fase. Teve, a princípio, três grandes organizações camponesas que lutavam pela reforma agrária: a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) (MORISSAWA, 2001).

As Ligas Camponesas foram formadas a partir de 1945 com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e destacaram-se como as primeiras associações formais de camponeses do Brasil, tendo início no estado de Pernambuco (MOURA, 2000). O autor

¹⁶ Apesar de existir sob égide Federal, a lei não era cumprida, especialmente porque as autoridades estaduais e locais não faziam questão de investigar mortes e irregularidades, não era objetivo prender aqueles que praticavam os crimes relacionados as terras. Essas autoridades estavam sob mando do governador Lupion que era conivente com a CITLA (BATTISTI, 2006).

demonstra que antes delas, houve tentativas de organização camponesa como a criação de sindicatos rurais, sem sucesso, principalmente durante o governo de Getúlio Vargas que nada mais fez do que promessas.

O agravamento das sucessivas crises e as dificuldades que assolavam os trabalhadores rurais acabou por leva-los a atitudes desesperadas como foi o caso do Engenho de Galiléia. As lutas eram constantes por melhores condições dos foreiros¹⁷. A primeira organização veio com o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Os senhores de engenho organizados valeram-se da justiça para despejar os foreiros que ali trabalhavam, tentando assim impedir que as organizações se formassem. Foi nesse contexto que o advogado Francisco Julião, que mais tarde se tornaria um dos líderes da SAPPP, aceitou representá-los sem cobranças (ANDRADE, 2009).

Andrade (2009) coloca que por fins a principal contribuição de Francisco Julião foi a influência enquanto líder, encorajando-os e organizando as lutas. Moura (2000) complementa dizendo que a batalha judiciária durou anos e terminou com a vitória dos camponeses e a desapropriação do Engenho de Galiléia. Foi um grande passo para os camponeses que haviam passado por um longo período de esquecimento.

As Ligas Camponesas, como ficou conhecida a SAPPP nacionalmente, ganhou mais visibilidade na década de 1950. Tinha uma dinâmica diferente e um papel integrativo. Não era responsável por revoluções como foram as organizações rurais anteriores, queria integrar os camponeses no processo capitalista que se consolidava, buscava direitos legais e um movimento reformista, queria a reforma agrária sob o foco da integração nacional dos camponeses (MOURA, 2000).

Neves (2009, p. 320) acrescenta que as Ligas Camponesas são como um "laboratório de construção de concepções sobre reforma agrária irrestrita; ou ainda como espaço de reflexão sobre estratégias e recursos de defesa para assegurar ocupações".

Quanto a ULTAB, foi criada em 1954 influenciada também pelo PCB e um de seus principais dirigentes foi Lyndolpho Silva. Em 1961 acontecia o Congresso Camponês de Belo Horizonte que reunia as Ligas Camponesas de Pernambuco e era organizado pela ULTAB que contava com presença nacional mais ativa e tinha representantes de todo o país. Deste congresso saiu o lema do movimento "*reforma agrária na lei ou na marra*". Esse encontro se traduziu em mudanças no campo legislativo, foi a partir deste que os camponeses em agrupamento e enquanto categoria ganharam uma nova identidade, a de *trabalhador rural*.

¹⁷ Foreiro era o nome que se dava aquele que utilizava-se de alguma propriedade pagando taxas de foro direto ao senhorio, dono da terra (ANDRADE, 2009).

Essa identificação foi reconhecida por um documento legal, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963 (DEZEMONE, 2014).

Dezemone (2014) mostra que o então presidente João Goulart ao promulgar a lei do ETR, legalizou sindicatos já existentes e deu liberdade para a criação de outros. Além de estender os direitos do campo, o ETR de 1963 criou entidades sindicais superiores de ordem estadual e federal. Foi resultado deste estatuto a criação, em janeiro de 1964, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a sindicalização verticalizada.

O único estado em que não houve atuação da ULTAB foi o Rio Grande do Sul onde já existia o MASTER. O MASTER foi criado em 1950 a partir de 300 famílias posseiras que resistiram na cidade de Encruzilhada do Sul – RS. A diferença entre o MASTER e as Ligas Camponesas era que, enquanto as ligas lutavam para não serem expulsas das terras, o MASTER lutava para ter uma terra. O método de luta deste movimento foi os acampamentos, que mais tarde seriam o principal instrumento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A ocupação de terras foi se disseminando pelo estado do Rio Grande do Sul (MORISSAWA, 2001).

O governo de João Goulart deu o ponto de partida para o Golpe Militar quando declarou que faria reformas de base no Brasil e uma destas era a reforma agrária. Em 1º de abril de 1964 realizava-se o golpe militar que deporia Jango. Jango foi acusado pelos militares de estar alinhando o país com a União Soviética e os militares foram inspirados pelo pensamento de estar impedindo a subordinação do Brasil àquele país. A realidade era que, com o apoio dos Estados Unidos, o Brasil seria aberto para entrada de capital e produtos estrangeiros. A abertura era na verdade um alinhamento com os EUA e com seu modelo de produção (SOUZA, 2008).

Ainda no início da ditadura militar foi sancionada a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 que dispunha sobre Estatuto da Terra. Esta lei regulamentava direitos e deveres em relação a imóveis rurais para fins de execução de reforma agrária. O mesmo documento define reforma agrária como as medidas que objetivam melhor distribuição da terra através de modificações em sua posse e uso visando atender aos princípios do aumento da produtividade e da justiça social (BRASIL, 1964).

O Estatuto da Terra merece atenção porque além de ser um instrumento legal de reforma agrária vinha para definir os tipos de propriedades como minifúndio, módulo rural, empresa rural, latifúndio, latifúndio improdutivo, latifúndio por exploração e por dimensão, desapropriação, dentre outros conceitos. Definia também a função social da terra que se dava

quando o proprietário fazia uso da terra respeitando o meio ambiente e cumprindo a legislação trabalhista (BRASIL, 1964).

Morissawa (2001) afirma que apesar da aparência de transformação fundiária que o Estatuto traz, as políticas agrárias do período militar foram unicamente para modernizar as grandes propriedades. Na prática o Estatuto nunca saiu do papel, as atitudes tomadas de desapropriação acontecidas ocasionalmente durante o período eram somente para acalmar revoltas e lutas localizadas.

O autor supracitado coloca o período entre 1964 e 1984 como uma “longa noite escura”. Foi um período de repressão extrema ao sindicalismo onde se extinguiu praticamente todas as organizações de trabalhadores rurais. E não foi somente no meio rural que isso aconteceu, greves do movimento operário foram proibidas, a união estudantil foi reprimida e os meios de comunicação foram censurados.

Stedile (2010) complementa que o grande vitorioso de todo esse processo foi a empresa agrícola, pois foi alvo intenso da modernização da agricultura acontecida nas décadas de 1960 e 1970. Para que se consolidasse a modernização agrícola foi fundamental que não acontecesse a reforma agrária, o capitalismo necessitava da manutenção da estrutura fundiária para sustentar as condições de favorecimento e desenvolvimento da modernização. Além disso, o processo necessitou de entrada de capital externo além do financiamento estatal abundante e barato.

A década de 1970 e início da década de 1980 foram de poucos, talvez nenhum avanço, para a reestruturação fundiária. Foi nestas condições que se gestou o projeto nacional do qual seria criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O MST nasce na busca pela última ponta do que ficou perdido da aniquilação das Ligas Camponesas na metade da década de 1960 (MORISSAWA, 2001).

3.1 A ORIGEM DO MST

Relembrando a história a partir do “embrião do MST”, a semente talvez tenha sido plantada ainda quando os primeiros indígenas se colocaram contra a mercantilização e exploração da terra que até então era coletiva e natural. Do mesmo modo não há como construir a história da luta pela terra sem lembrar de exemplos como o Sepé Tiarajú, ou dos quilombos, ou de Canudos, ou ainda das Ligas Camponesas e do MASTER, dentre outros movimentos e representantes destes, dos quais o MST se coloca como herdeiro do legado das lutas pela democratização das terras (MST, 2016).

Uma confluência de movimentos rurais iniciados especialmente na região Sul do Brasil deu origem ao MST. Stédile e Fernandes (1999) colocam que foi um conjunto de aspectos que possibilitou o nascimento do MST enquanto movimento social. O primeiro foi socioeconômico, pautado nas mudanças que vinham ocorrendo pela modernização da agricultura que se expandia rapidamente no Sul do Brasil e contra a expulsão dos pequenos trabalhadores do campo. O segundo aspecto é ideológico e nisso foi importante a representação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foi seu caráter ecumênico¹⁸ que proporcionou a criação de um único movimento, do contrário os movimentos continuariam regionalizados e particionados. Um terceiro aspecto na formação do MST foi o político, a redemocratização do país acontecendo somou ao movimento camponês a volta das lutas dos movimentos operário, estudantil e da imprensa.

O MST teve sua fundação entre 21 e 24 de janeiro de 1984 em Cascavel no estado do Paraná durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra. Nasceu da articulação das lutas pela terra, pela Reforma Agrária e contra a exploração no campo (CALDART, 2001). Foi pré-estruturado entre o final da década de 1970 e início da década de 1980 quando as contradições no campo passaram a se intensificar e o Estado a utilizar cada vez mais violência. Ressurgiram em 1979 com a ocupação das propriedades Macali e Brilhante no estado do Rio Grande do Sul e em 1981 com a ocupação da Encruzilhada Natalino no mesmo estado (MST, 2016).

O nascimento do MST aconteceu no Sul do país pelo grande contingente de camponeses que a região abrigava. Eram frutos da forte imigração europeia e das políticas de ocupação do Oeste brasileiro, acontecidos décadas antes (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

A igreja teve papel fundamental na criação do MST, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) proporcionaram aos trabalhadores um lugar social de organização e luta na década de 1970. Também se destacam as diretrizes sociais convencionadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que direcionaram a igreja a contribuir para o fortalecimento da base social e rural. A CPT, criada em 1975, atuando a princípio na região Amazônica e de Goiás, que também propiciou a organização e formação de novos sujeitos sociais frente às lutas pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 1998).

¹⁸ Congrega pessoas de diferentes ideologias ou credos.

Stédile e Fernandes (1999) ainda descrevem a fundamental importância que a Igreja teve no nascimento do MST, especialmente com a criação da Teologia da Libertação¹⁹ expressa pelo Concílio Vaticano II²⁰. A CPT, que veio para aplicar a Teologia da Libertação acabou por fazer um trabalho primordial na conscientização dos camponeses. Inaugurou um prisma ideológico para o movimento tal qual se tornou característica inata do MST e essencial para o seu desenvolvimento.

Já em 1985 acontecia o I Congresso Nacional do MST, entre os dias 29 e 31 de janeiro. Deste congresso se extraíram as principais bases e objetivos do movimento, ficando definido que o MST lutaria pela terra, pela Reforma Agrária e pelo Socialismo. Criaram o lema “*Ocupar é a única solução*” o qual os orienta até os dias atuais (MST, 2016).

Neste mesmo ano a democracia voltava a tomar lugar na política e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) era aprovado pelo Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985, prometendo abranger cerca de 1,4 milhão de famílias até o final da década de 1980. Designava também a execução do Estatuto da Terra e da Reforma Agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (BRASIL, 1985).

Em 1988 é aprovada a nova Constituição Federal e junto com ela os Artigos 184 e 186 que garantiam a desapropriação de terras conforme o Estatuto da Terra. Em 1989 é eleito Fernando Collor de Melo por meio das primeiras eleições diretas, a atuação dele em relação às questões agrárias foi de repressão. Seu vice e sucessor, Itamar Franco, sancionou a Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, a Lei Agrária, que excluiu a possibilidade de vieses jurídicos nas desapropriações (MST, 2016). A Lei também reclassificou as dimensões do que eram considerados minifúndio, pequena propriedade, médias propriedades e grandes propriedades, não deixando nenhuma brecha para dúvidas quando as desapropriações fossem realizadas (BRASIL, 1993).

Ainda em 1993 no âmbito das lutas sociais, foi criada a Via Campesina, um movimento internacional de luta por terra, por direitos indígenas, das mulheres e dos trabalhadores agrícolas. Nasceu no II Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuáristas da Nicarágua (UNAG), acontecido em Manágua, capital da Nicarágua. Foi efetivada na I Conferência da Via Campesina realizada em Mons, na Bélgica, onde foram elaboradas as primeiras linhas e objetivos a serem seguidos. O MST acaba se ligando à

¹⁹ Altmann (1978) explica a Teologia da Libertação como uma reflexão a partir da igreja que se transformaria num processo de libertação da América Latina frente a situação de dependência que vinha causando miséria, fome e pobreza. O objetivo era que a população se unisse contra a opressão dos países desenvolvidos.

²⁰ O Concílio Vaticano II foi um evento da Igreja Católica realizado através de uma série de conferências entre 1962 e 1965 que acabou com a promulgação de 16 documentos que resultaram das discussões de autoridades da igreja de todo o mundo (VATICANO, 1965).

perspectiva da Via Campesina sendo ela organizadora internacional dos movimentos ligados à terra, tratando mais abertamente da soberania alimentar, respeito as singularidades de cada local, agroecologia, políticas de desenvolvimento agrário, defesa do meio ambiente e dos recursos naturais (FERNANDES, 2012).

No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) a reforma agrária aparecia constantemente em seus planos e discursos, havia-se criado um grande êxodo rural nas últimas décadas e era de medidas paliativas que FHC estava falando. As famílias assentadas no governo FHC foram mais concentradas no Norte e Nordeste, contudo, aproximadamente 450 mil pequenos proprietários endividados perderam suas terras entre 1995 e 1996 para bancos (MORISSAWA, 2001).

O período iniciado no governo FHC foi descrito por Grisa e Schneider (2014) como influenciado pelo neoliberalismo internacional no que diz respeito a desestatização e a abertura ao capital e comércio estrangeiro. Com relação à agricultura familiar, em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que segundo o BANCO CENTRAL DO BRASIL (2016) tem por objetivo atender aos pequenos produtores rurais por meio de financiamentos, estimulando o aumento da produtividade, gerando renda e empregos nas atividades agrícolas.

Outrossim, Grisa e Schneider (2014) salientam que o período foi de desconfiança dos agricultores com relação às políticas para agricultura. Na mesma época da criação do PRONAF foi criado o Programa Comunidade Solidária, que no governo seguinte se transformou no Programa Fome Zero e que tinha medidas atenuantes para a extrema pobreza. A preocupação era de que as duas políticas se aproximassem excessivamente a ponto de se fundir como medidas de assistência social e não era tão somente isso que a agricultura familiar precisava naquele momento.

Entre 1996 e 1999 o MST continuou agindo, principalmente por meio de ocupações e mobilizações. O ano de 1996 ainda foi marcado pelo massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará quando 21 sem-terra morreram e 56 ficaram feridos. O dia do massacre, 17 de abril, ficou instituído como Dia Mundial da Luta Camponesa (MST, 2016).

No início dos anos 2000 o MST já se fazia presente em 23 estados, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos, num total de 1,5 milhão de pessoas (MORISSAWA, 2001). Início do século XXI e o agronegócio se espalhava rapidamente pelo país, o modelo agrário-exportador se acentuava e empresas estrangeiras dominavam setores essenciais como o das sementes e fertilizantes, herança ainda da modernização da agricultura (MST, 2016).

O governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva a partir de 2003 era uma promessa de compromisso com as mudanças na questão agrária e de contrariedade a antecessora política neoliberal. O que o discurso indicava era que essas mudanças seriam radicais: desconcentração de terra, aumento de empregos e renda na agricultura e uma Reforma Agrária de larga escala. Já constatado pela história, isso não aconteceu (MULLER, 2005).

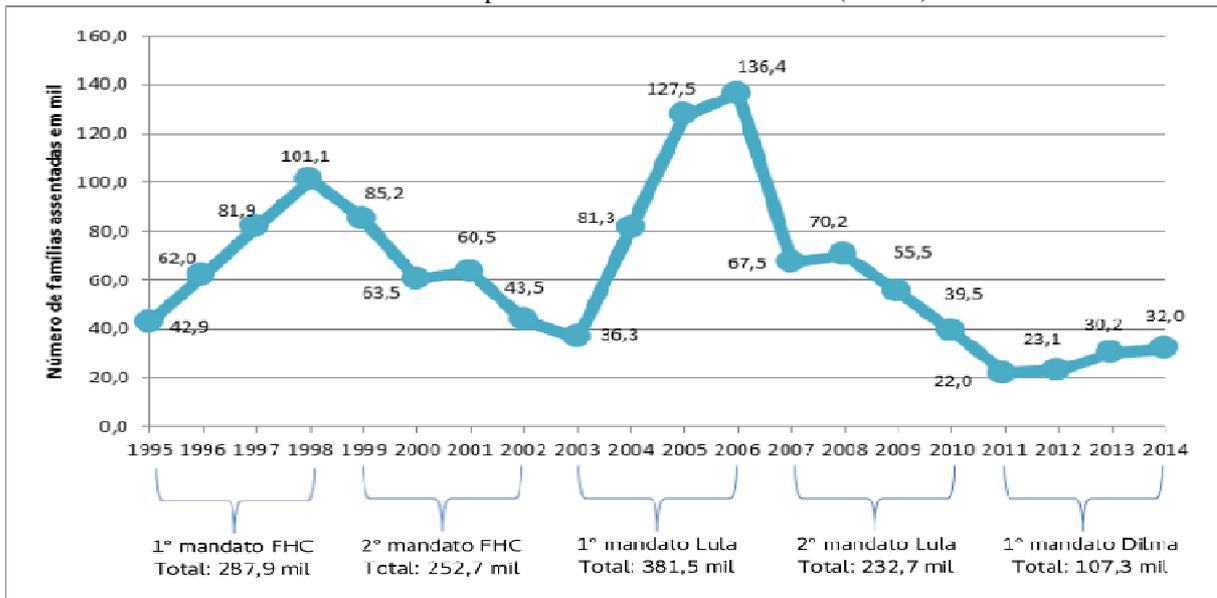
Era evidente que o presidente não abandonaria um dos únicos segmentos que sustentavam a economia na época, o agronegócio. Por outro lado também não poderia esquecer-se da sua base eleitoral que compreendia também o MST. Desta maneira a tentativa foi de manter pessoas ligadas tanto ao agronegócio quanto à reforma agrária em cargos importantes do seu governo. Esse arranjo ambíguo não agradou quem esperava por mudanças claras (MULLER, 2005).

Ainda no primeiro governo Lula, em 2003, criou-se o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que visava garantir a construção/conclusão/ampliação/reforma de casas para agricultores conforme critérios do PRONAF. No mesmo ano foi constituído o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) que articulava compra e distribuição de alimentos para a população que se encontrava em vulnerabilidade alimentar (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Engelmann e Gil (2012) corroboram com o fato de que o governo de Lula foi uma tentativa de conciliar o favorecimento dos latifundiários produtores de *commodities* e uma política de fortalecimento da agricultura familiar. A avaliação é de que o período entre 2003 e 2008, primeiro mandato e primeira parte do segundo mandato do Lula, para o pequeno agricultor foi de políticas agrárias compensatórias dirigidas pelas pressões dos movimentos sociais.

O governo de Dilma Rousseff iniciado em 2011 foi demasiadamente uma continuidade das diretrizes políticas do governo Lula. Um dos diferenciais foi o planejamento agrário que se direcionava para a melhoria das condições de vida e de produção dos assentamentos existentes. Apesar da proximidade histórica entre o MST e o Partido dos Trabalhadores (PT), neste momento já se colocava muita tensão nessa relação que vinha sendo prejudicada desde o governo Lula. As mobilizações e marchas realizadas em grande escala até 2002 e que haviam esfriado nos oito anos de governo Lula, voltaram a aparecer e pressionar a política (CAMPOS, 2015). O Gráfico 01 mostra o número de famílias assentadas por governo entre os anos de 1994 e 2014.

Gráfico 01 – Número de famílias assentadas por ano no Brasil – 1995 a 2014 (em mil).



Fonte: Elaborado pela autora com base em INCRA, 2016.

Além de mostrar o número de famílias assentadas entre 1995 e 2014, o Gráfico 01 também identifica os anos dos governos FHC, Lula e Dilma a fim de comparar o total de famílias assentadas em cada período. O 1º mandato Lula foi o que obteve maior número de famílias assentadas enquanto que o 1º mandato Dilma foi o que menos assentou. O ano de 2006 teve o maior número de assentados dentre os anos analisados enquanto que o ano de 2011 teve o menor número.

O primeiro mandato do governo FHC teve um crescimento significativo, enquanto que no seu segundo mandato houve redução de famílias assentadas. Durante os 3 primeiros anos do governo Lula também houve um aumento acentuado nas famílias assentadas, à medida que nos próximos 5 anos sob o seu governo foi registrado queda. O primeiro mandato do governo Dilma apesar de apresentar crescimento, foi o menor dentre os 3 governos quando comparados.

Segundo Rodrigues (2011) de 1950 para 2006 o índice de concentração de terras medido pelos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subiu de 0,840 no primeiro período para 0,854 no segundo²¹. A piora na concentração de terras é agravada pelos dados do INCRA que mostram que 136,8 milhões de hectares de terras brasileiras são improdutivas. Mas, apesar desses dados, o fato é que o número de ocupações caiu drasticamente entre 2003 e 2010 e as pressões políticas do movimento abrandaram.

²¹Utilizou-se o coeficiente de Gini, quanto mais o índice se aproxima de um maior o grau de concentração de terras.

Sobre a queda nas ocupações realizadas nos governos Lula e Dilma, Campos (2015) justifica que um primeiro motivo é que o MST não tem conseguido tanta adesão das famílias, devido a lentidão em se conseguir o assentamento, é a falta de esperança em se conseguir a terra. Além disso, o autor coloca que a redução no número de ocupações pode ser visto como uma estratégia do MST. Após o VI Congresso do MST em 2014 as falas passaram a ser de mais reflexão sobre as questões agrárias já que o cenário agrário brasileiro esteve em plena mudança durante os anos de administração petista. As lideranças nacionais do MST reconheceram que precisavam de um novo formato de luta e de novas reflexões sobre as condições do país e é nisso que se concentraram naquele momento.

3.2 O PROGRAMA AGRÁRIO DO MST E O CENÁRIO RECENTE

Como colocado por Campos (2015), o MST tem procurado se reinventar, especialmente nesta última década. Após os debates mais recentes do MST (2016) adicionou-se um novo termo para a Reforma Agrária, o adjetivo Popular. Popular porque para eles a reforma agrária é uma necessidade da sociedade como um todo.

Em meio a essa reformulação, o MST apresenta a cada Congresso realizado a revisão de suas práticas, políticas e objetivos. Pré-elaborado, o Programa Agrário do MST para o VI Congresso Nacional do movimento, exibiu uma proposta de programa para a Reforma Agrária Popular e os fundamentos para esse programa (MST, 2013).

De acordo com o exposto no programa, a divisão é feita em nove blocos com propostas e objetivos para diferentes áreas. É neste programa que o MST embasa suas ações. A defesa é, sobretudo, pela democratização da terra, mas não somente isso, também pelos recursos naturais como a água garantindo o acesso e a qualidade a toda a população (MST, 2013).

O programa ainda estabelece a proposta de organização agrícola pautada na alimentação saudável e na cooperação, sempre contando com a colaboração governamental na implantação de projetos de energia alternativa e renovável. Empenham-se também pelo incentivo do governo com relação a políticas de crédito, pesquisa e tecnologia, armazenagem, auxílio técnico e consumo para a produção nos assentamentos além da exigência de se combater as culturas transgênicas (MST, 2013).

Objetiva também desenvolver potencialidades regionais, aumentar a renda da população camponesa, reduzir desigualdades econômicas, desenvolver agroindústrias e implantar o intercâmbio de conhecimento entre produtores, técnicos e a sociedade. Garantir

reorganização produtiva, estruturação da produção orgânica, assistência técnica e pesquisa na área (MST, 2013).

O Programa ainda coloca a educação como direito fundamental, sendo ela educação *do Campo*²², *no campo e para o campo* (CALDART, 2012). O programa do MST reconhece na educação uma das maneiras de melhorar as condições produtivas e socioeconômicas e por este motivo valoriza esta área reivindicando o transporte adequado, as instalações, a qualidade da educação e a infraestrutura digna, que garanta o acesso a todos os assentados. Incentiva a educação de jovens e adultos além de apoiar pesquisadores (MST, 2013).

Reivindicam também melhorias nas infraestruturas sociais como moradia, o acesso a energia elétrica e saneamento básico, além da organização de comunidades e áreas de lazer comum. Preza pela saúde e educação gratuita e de qualidade e promove o acesso aos meios de comunicação, à cultura e ao conhecimento (MST, 2013).

O último dos objetivos do programa diz respeito às mudanças na estrutura do Estado. Levantam questões de funcionamento do que chamam de “Estado burguês” e que este teria um caráter antidemocrático. A luta em favor da classe trabalhadora e a realização desse modelo produtivo só seria possível com um Estado popular envolvido com um movimento de massas de maneira que os trabalhadores pudessem ser sujeitos políticos permanentes e que realizassem as mudanças necessárias (MST, 2013).

O período anterior a criação do MST (diga-se a ditadura militar) foi polarizado para o setor agrícola, enquanto que se incentivava a mecanização do campo, culturas de grandes extensões, entrada de novas tecnologias e a exportação de *commodities*, os pequenos produtores eram forçados a sair do campo sem apoio e se acumulavam no inchaço dos centros urbanos. É árduo mensurar os impactos da criação do MST, tendo em vista que se deu num momento delicado de redemocratização do país. A avaliação é polissêmica, suas possíveis conquistas não podem ser verificadas sem levar em consideração as mudanças ocorridas concomitantemente na política e na economia.

Na tentativa de dar o crédito de algumas conquistas nas questões agrárias para o MST o risco é de cair em uma face que não leva em consideração um momento em que a economia como um todo tomava outras dimensões, assim como o período seguinte, já na

²² Caldart (2012) expressa a Educação do Campo como uma “consciência de mudança”. Foi nas tentativas de mudar a realidade educacional nas áreas da Reforma Agrária, tendo como personagem principal o MST, que surgiram as primeiras discussões sobre a necessidade dessa educação orientada para a população camponesa. A Educação do Campo está em construção e constitui-se como luta social combinando a luta pela terra e pela Reforma Agrária para os seus mais diversos atores, sejam quilombolas, indígenas ou trabalhadores vinculados ao meio rural. Diz-se educação *no campo* pelo direito à educação no lugar onde se vive e *para o campo* pelo direito da educação pensada nas pessoas que a receberão, na participação social e cultural, nas necessidades humanas, essenciais e sociais.

década de 1990, com a estabilização criada pelo Plano Real, redução da inflação e abertura ao capital estrangeiro. Da mesma forma, dar todos os méritos para um país redemocratizado (mesmo que aos poucos) é desejar singularizar demasiadamente um processo muito mais amplo. Se houveram avanços, a análise pós MST sempre vai ser multifacetada.

Ademais, pode-se observar que os objetivos do programa agrário do MST são ousados. Não deixam de expressar com liberdade a face social e coletiva que é o desejo, especialmente de quem elaborou o programa, na busca não somente da terra, mas da qualidade de vida e do Socialismo, assim como colocado quase que no fim do programa.

Passados 32 anos da criação do MST não se nega que a reforma agrária, assim como feita neste período, contribuiu para a redução das diferenças econômicas simultaneamente levando renda e qualidade de vida para os pequenos agricultores por todo o país. Mais um fato inegável é que em números a estrutura fundiária brasileira não melhorou de maneira satisfatória. A Tabela 01 mostra o número e a parcela de estabelecimentos agropecuários e a sua respectiva área por estratos para os anos de 1980, 1985, 1995 e 2006.

Tabela 01 – Número e área de estabelecimentos agropecuários por estratos para os anos de 1980, 1985, 1995 e 2006.

Ano	Estratos	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
1980	Menos de 10 ha	2.598.019	50,43	9.004.259	2,47
	De 10 a menos de 100 ha	2.016.774	39,15	64.494.343	17,68
	De 100 a menos de 1000 ha	488.521	9,49	126.799.188	34,75
	Mais de 1000 ha	47.841	0,93	164.556.629	45,1
	Total	5.151.155	100	364.854.419	100
1985	Menos de 10 ha	3.064.822	52,9	9.986.637	2,66
	De 10 a menos de 100 ha	2.160.340	37,3	69.565.161	18,55
	De 100 a menos de 1000 ha	517.431	8,93	131.432.667	35,06
	Mais de 1000 ha	50.411	0,87	163.940.463	43,73
	Total	5.793.004	100	374.924.928	100
1995	Menos de 10 ha	2.402.374	49,66	7.882.194	2,23
	De 10 a menos de 100 ha	1.916.487	39,61	62.693.585	17,73
	De 100 a menos de 1000 ha	469.964	9,71	123.541.517	34,94
	Mais de 1000 ha	49.358	1,02	159.493.949	45,1
	Total	4.838.183	100	353.611.245	100
2006	Menos de 10 ha	2.477.151	50,34	7.798.777	2,33
	De 10 a menos de 100 ha	1.971.600	40,07	62.893.979	18,85
	De 100 a menos de 1000 ha	424.288	8,62	112.844.186	33,82
	Mais de 1000 ha	47.578	0,97	150.143.096	45
	Total	4.920.617	100	333.680.038	100

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, 2016a.

Em 1980 os estabelecimentos rurais com menos de 10 ha somavam 50,43% do total de estabelecimentos e dispunham de 2,47% da área total enquanto que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha correspondiam a 0,93% dos estabelecimentos e usufruíam de 45,1% da área agricultável. Para o ano de 1985 as condições ficaram similares, as menores propriedades eram 52,9% e ocupavam 2,66% do total da área ao passo que as maiores propriedades eram correspondentes a 0,87% do total de estabelecimentos e 43,73% do total da área. A semelhança se manteve para os anos de 1995 e 2006 mostrando a dificuldade na desconcentração de terra apesar das ações constantes da reforma agrária.

Chama atenção também a redução considerável no número total de estabelecimentos no período de 1985 para 1995 quando mais de 950 mil estabelecimentos rurais deixaram de existir sendo que mais de 660 mil foi no estrato das propriedades com menos de 10 ha. A área também apresentou redução no período, encolhida em cerca de 20 mil ha. Nunes (2008) coloca que um dos possíveis motivos apontados para esse encolhimento foi o aumento da área destinada para matas e florestas em relação ao total da propriedade, de qualquer forma a produção não veio a diminuir especialmente pelo aumento da produtividade.

O atual cenário da estruturação agrária brasileira ainda não é considerado ideal. O Brasil posiciona-se no topo dos países com os maiores índices de concentração de terras do mundo. A história agrária brasileira veio sendo moldada desde a chegada dos portugueses até a atualidade por suas relações de força e poder, baseando-se na agricultura de larga escala, monocultora e vivendo de ciclos. Os resquícios dessa natureza de interpolação de ciclos ainda hoje permanecem, a visão de capitalização da agricultura, de plantio de culturas denominadas “eficientes” e em grande equivalência, de fácil exploração e de venda acessível. O debate atual sobre a questão agrária brasileira é multifacetada, a visão tradicional observava os números e a medida como eles cresciam, interpretando o mundo rural como uma grande empresa agrícola geradora de lucros. Hoje o diálogo é mais latente, considera essencial o desenvolvimento rural para o desenvolvimento da sociedade e a discussão sobre seus aspectos de fundamental importância para a evolução no campo (MATTEI, 2014).

Para o debate atual é uma característica forte a redução dos trabalhadores agrícolas, visto que a modernização do maquinário e da forma de produção dispensou grande parte da mão de obra relegando essa população a pluriatividades urbano-rurais. Outro fato importante da ruralidade atual é o processo de “externalização de serviços” feito entre pequenas e médias propriedades especialmente, colocando mão de obra específica na produção, gerando

economias de escala, especialização de serviços e assim reduzindo custos de produção (BALSADI, 2001).

O resgate histórico do setor agrícola brasileiro é marcado com as cicatrizes das políticas direcionadas, das políticas dispersas ou mesmo da falta delas. É uma peculiaridade rural o estigma dos ciclos pelos quais o setor rural tem passando, absorvendo crises, lutando contra políticas hostis, perdurando a vida do pequeno e médio agricultor, enfrentando a exploração e os choques com os grandes produtores do agronegócio.

Nota-se a necessidade do debate, do diálogo e do aprofundamento teórico científico e empírico na construção do entendimento da questão agrária sob o contexto rural e não somente comercial. O desenvolvimento do campo é um processo social de fortalecimento familiar, alimentar, educacional e produtivo onde os atores experimentam a realidade continuamente e a modificam. O foco da reforma agrária, da luta do MST e dos Sem-Terra não se fez suficiente para acabar com a hierarquia agrária, com as grandes propriedades ditas improdutivas e com a concentração de terra, que se transforma paralelamente em concentração de renda, concentração de poder e exploração do trabalhador rural. Talvez essas ações tenham sido dispensáveis, ao certo nunca se saberá.

Como demonstrado pela Tabela 01, as mudanças realizadas pela redistribuição de terras não alterou com significância a estrutura agrária. Mas as perguntas que marcam nesse sentido são: Mesmo não tendo acontecido da maneira ideal, o que seria da estrutura agrária se a redistribuição de terras não tivesse acontecido? Se a redistribuição de terras, apesar de em números insuficientes, não acontecesse, qual seria o cenário da concentração de terras hoje? Sem a terra, o que seriam as famílias que hoje estão em assentamentos da reforma agrária? Seria mesmo necessária a ação do MST para a distribuição de terras?

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O conhecimento científico é verificado por intermédio de características como: a veracidade ou mesmo falsidade de suas hipóteses investigado pela empiria; a sistematização de ideias por meio de teorias com ordenação coerente e fundamentada; e a possibilidade de verificação da confiabilidade das afirmações. É um conhecimento intermediário, podendo ser aperfeiçoado, de maneira que sejam aceitas novas proposições posto que não é definitivo ou acabado (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Por ser parte intrínseca das ciências e do conhecimento científico, o método se faz necessário para dar sustentação à pesquisa. O método é definido, segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 83) como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo (...), traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”, deste modo, nota-se que é por meio de um método científico precisamente selecionado que se alcança a cientificidade do conhecimento.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Com o propósito de desenvolver a pesquisa, o método de abordagem a ser utilizado é o hipotético-dedutivo, como coloca Gil (2008) este método parte de um problema para o qual não haja solução e que na tentativa de tentar expressar esse impasse constroem-se hipóteses que serão observadas e testadas. A partir desta investigação é que se deduzirão efeitos e consequências e haverá a tentativa de falseamento da hipótese. O objetivo é procurar evidenciar empiricamente a refutação da conjectura. Destarte se o pressuposto não puder ser falseado, há a corroboração da hipótese. O autor mostra que apesar de ser válido é um ponto provisório, pois podem surgir novos fatos que a invalidem e o processo volta para a sua primeira fase.

De qualquer maneira esta pesquisa não deixa de utilizar o método denominado de histórico, próprio das ciências sociais, que segundo Fachin (2003) consiste em averiguar fenômenos, fatos e instituições passadas que possam ter influenciado na sociedade presente. Para este fim analisam-se as mais variadas esferas como a política, social, cultural, escolar, familiar, psicológica, entre outras que possam ser relevantes.

Quanto ao objetivo do estudo, o método utilizado será a pesquisa descritiva, que tem por finalidade dar precisão e padronização à análise. É assim chamada por descrever características de determinados fenômenos ou grupos específicos e estabelecer conexões entre variáveis e fatos. Pode-se, além disso, com este método identificar a natureza das relações estabelecidas entre os fenômenos e assim auxiliar no rigor das conclusões da pesquisa (GIL, 2008).

Quanto aos procedimentos técnicos esta pesquisa se caracteriza pelo estudo de campo que permite estudar um grupo singular no que diz respeito a sua estrutura social, econômica e política e o diálogo entre este e seus partícipes (GIL, 2008). O estudo é feito pelo pesquisador por meio de observação e entrevistas pessoalmente com o grupo pesquisado na tentativa de apreender as conexões e justificativas para fenômenos ocorridos naquele contexto específico (GIL, 2002).

Em relação às técnicas para a presente pesquisa, utilizar-se-á documentação direta, a qual se define como “levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 69). Esses dados serão obtidos por meio de pesquisa de campo utilizada no intuito de lograr informações acerca do problema a que se propõe esclarecer.

A pesquisa de campo, segundo Fachin (2003) é utilizada na busca pela avaliação de grupos, instituições, obstáculos sociais, procedimentos encontrados na sociedade e que fora do próprio contexto não seria possível compreender. Este tipo de estudo permite ao pesquisador relacionar as variáveis e os acontecimentos e exige domínio do assunto e dos instrumentos utilizados.

O instrumental adotado será o formulário, o objetivo da sua aplicação é compilar grande quantidade de informações a partir de dados coletados pessoalmente com os indivíduos, entre os que fazem parte do grupo selecionado para a pesquisa. Dentre as vantagens da utilização do formulário destacam-se: a oportunidade de aplicação em populações heterogêneas, alfabetizadas ou analfabetas, sem o comprometimento das informações já que o pesquisador tem a oportunidade de explicar, adaptar, flexibilizar e orientar as perguntas de acordo com a realidade; o alcance de dados mais complexos já que se pode estabelecer um contato mais pessoal; isonomia no preenchimento; e observação constante das respostas, reações e fenômenos que acontecem durante a aplicação (MARCONI; LAKATOS, 2012).

No que concerne à abordagem do problema esta pesquisa pode ser classificada como qualitativa, pois parte de uma análise interpretativa dos fatos, descrevendo problemas e

hipóteses. À medida que as interações entre as variáveis são examinadas e averiguadas, se sustenta a assimilação e categorização dos processos sociais e coletivos de determinados agrupamentos. Esse método de abordagem permite compreender com profundidade, levando em consideração especificidades inerentes de cada indivíduo e de cada sociedade, os fatos, fenômenos e conexões que demonstram o funcionamento da infraestrutura social (SOARES, 2003).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE ESTUDO

Com intuito de compreender o espaço em que assentamento, objeto deste estudo está inserido, faz-se necessário caracterizar o espaço geográfico. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2016) o Projeto de Assentamento Celso Furtado localiza-se no município de Quedas do Iguaçu, na mesorregião Centro Sul do estado do Paraná, conforme Mapa 01.

Mapa 01 – Município de Quedas do Iguaçu localizado no estado do Paraná na mesorregião Centro Sul Paranaense.



Fonte:IPARDES, 2016.

A mesorregião Centro Sul Paranaense tem por característica a concentração de assentamentos rurais, justifica-se por ser marca forte da região as propriedades com grandes extensões de terra, destinadas principalmente a extração de madeira e criação pecuária, além

das monoculturas de exportação como milho e soja que ganharam importância no início do século XXI. A mesorregião é considerada predominantemente agrícola, especialmente pelo fato de que no ano 2000 quase 70% dos municípios ainda não haviam atingido 50% de grau de urbanização (IPARDES, 2004).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) médio do estado do Paraná era de 0,787 e nenhum dos municípios da mesorregião Centro-Sul Paranaense se encontravam igual ou superior a esse índice. Encontravam-se também abaixo da média nacional, 0,766. Representavam, além disso, uma grande parcela de famílias pobres, segunda a taxa de pobreza, um terço da população era considerada pobre contando com aproximadamente 53 mil famílias nessa situação, 9,1% do total do Paraná (IPARDES, 2004).

A situação de pobreza é consequência principalmente de dois segmentos sociais fortes da região, que tem uma luta histórica de superação da pobreza, o indígena e os sem-terra. A mesorregião concentra 61,7% da área indígena e 41,5% dos assentamentos rurais do Paraná, contando com aproximadamente seis mil famílias assentadas (IPARDES, 2004).

Segundo o IPARDES (2004) entre o Censo de 1985 e o Censo de 1996 a mesorregião havia registrado o desaparecimento de 8.253 estabelecimentos rurais quase que exclusivamente das propriedades consideradas pequenas, com menos de 10 ha. No que diz respeito à população ocupada, 78,2% estão nas propriedades com menos de 50 ha.

A principal atividade industrial gira em torno das agroindústrias de madeira. O segmento de celulose, papel e papelão foi responsável, no ano de 2002 por 29,84% do Valor Adicionado Fiscal (VAF)²³ da mesorregião. O segmento de desdobramentos de madeira correspondeu neste mesmo ano a 24,74% do VAF e o segmento de produção de lâminas e chapas de madeira a 19,28%. Nota-se a importância do setor madeireiro para a economia da mesorregião que corresponde a 73,86% de todo VAF (IPARDES, 2004).

O estado do Paraná participa da produção nacional de leite com 11,7% e tem se elevado na última década. De 2001 para 2010 o acréscimo foi de 89%, sendo que parte significativa foram ganhos de produtividade por animal. O município de Quedas do Iguaçu é o 11º maior produtor de leite do estado com uma produção no ano de 2010 de 45.450.000 litros de leite (MEZZADRI, 2011).

A microrregião geográfica de Guarapuava, localizada no Centro Sul Paranaense, onde se encontra o município de Quedas do Iguaçu, é composta por 18 municípios e mantém as marcas da grilagem das terras acontecida durante o século XX. A Reforma Agrária é um

²³ É um indicador econômico utilizado pelo Estado para calcular a participação dos municípios nos repasses de impostos como o ICMS e IPI.

traço constante, 15 municípios da microrregião tem pelo menos um assentamento, somam-se 57 ao todo abrangendo 4.687 famílias, aproximadamente 19 mil pessoas e 100 mil hectares de terra (ROOS, 2010).

Coca (2013) mostra que em 2010 existiam no Brasil 20 tipos diferentes de assentamentos rurais da Reforma Agrária, conforme Quadro 02. As diferenças entre eles se baseiam nas discrepâncias de identidade, cultura e localização geográfica da população que viria a ocupar os assentamentos. Alguns dos projetos vieram a ficar fora de uso como é o caso do PC, PIC, PAC, PAD e PAR mais voltados para a colonização. Na microrregião de Guarapuava todos os assentamentos se classificam como Projeto de Assentamento Federal (PA).

Quadro 02 –Tipologia dos assentamentos rurais no Brasil em 2010.

Sigla	Tipos de Projetos
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAE	Projeto de Assentamento
AQ	Assentamento Quilombola
PRB	Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PC	Projeto de Colonização Oficial
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PFP	Projeto Fundo de Pasto
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PAM	Projeto de Assentamento Municipal
PCA	Projeto de Assentamento Casulo
FLONA	Florestas Nacionais
RESEX	Reserva Extrativista
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
FLOE	Floresta Estadual
PEAEX	Projeto de Assentamento Agroextrativista

Fonte: Adaptado pela autora com base em COCA, 2013.

O Mapa 02 mostra a distribuição de Projetos de Assentamentos (PA) da microrregião de Guarapuava conforme seus municípios. A microrregião acomoda o PA Ireno Alves dos Santos, que possui 900 famílias, o PA Marcos Freire, 604 famílias, os dois no município de Rio Bonito do Iguazu e o PA Celso Furtado com 1.089 famílias no município de Quedas do Iguazu que são os três maiores do estado do Paraná (ROOS, 2010).